



OS IMPACTOS SOCIAIS DA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO “MINHA CASA MINHA VIDA” NOS MUNICÍPIOS DE MARINGÁ, SARANDI E PAIÇANDU

Naiara Sandi de Almeida Alcantara (PIBIC/CNPq/Uem), Ana Lúcia Rodrigues (Orientador), e-mail:alrodrigues1962@gmail.com

Universidade Estadual de Maringá / Centro de Ciências Sociais/Maringá, PR.

(7000000) CIÊNCIAS HUMANAS (70204004) SOCIOLOGIA URBANA

Palavras-chave: Espaço urbano, Minha Casa Minha Vida, Política habitacional.

Resumo:

Este trabalho desenvolveu uma pesquisa através de levantamento bibliográfico e de estudo de um caso no município de Sarandi-PR. Essa temática se insere na discussão nacional sobre remoção de pessoas para áreas periféricas das cidades num processo de segregação que caracteriza o desenvolvimento urbano brasileiro. Neste estudo se observou o Residencial Mauá para onde foi removida população oriunda do chamado Projeto Mutirão, caracterizado por intensa precariedade, mas que se localizava em área próxima ao centro do município, dotada de ampla infraestrutura. Para tanto, foram feitos estudos teóricos, bem como pesquisa empírica no Residencial Mauá, implantado por meio do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), onde as casas obedecem a mesma estrutura e trata-se de uma população homogênea sobre a qual os problemas sociais incidem de forma semelhante. Haja vista os dados coletados pretende-se constatar se população percebe a ocorrência da segregação espacial, e como essa percepção ocorre. Esse trabalho também buscou responder se o PMCMV visa apenas beneficiar o capital imobiliário ou se está de acordo com seu propósito de criação, que é de diminuir o déficit habitacional brasileiro.

Introdução

Falar sobre a questão da moradia hoje significa pensar o “direito a cidade” um tema largamente discutido, mas com uma interpretação dada pela hegemonia dos interesses do mercado imobiliário que, age sempre, com vistas aos interesses do capital, que não visa, portanto, efetivamente



com a produção de habitação, atender à faixa de renda que mais se encontra margem social. Por isso programas habitacionais desenvolvidos por meio de política pública habitacional, seriam muito importantes para o país, que tem um alto déficit de habitação social, como é o caso do Programa MCMV que, infelizmente não atende exclusivamente às faixas de rendas mais baixas:

O PMCMV em especial, não foi formulado a partir das características intrínsecas ao problema habitacional, mas sim das necessidades impostas pelas estratégias de poder, dos negócios e das ideologias dominantes. Ou seja, obedece aos critérios do capital mobiliário e da máquina política eleitoral (SILVA, 2011, p.281).

De acordo com discussões constantes no livro “Retratos da Região Metropolitana de Maringá” (RODRIGUES, 2010) é possível compreender como a segregação espacial¹ ocorreu na cidade de Maringá. Desde o planejamento da cidade houve a separação entre os espaços “principais” e os “populares” e “operários”, onde os moradores nas chamadas áreas principais tinham acesso assegurado aos serviços que a cidade poderia oferecer e os moradores das áreas populares estariam afastados dos mesmos serviços. Essa segregação ocorreu no início do planejamento da cidade e continua se dando até os dias de hoje, e isso se torna evidente quando se analisa o planejamento das casas populares que são construídas em locais afastados dos centros comerciais e de todos e quaisquer serviços dos quais a população necessita para seu desenvolvimento social.

O projeto MCMV deveria garantir os requisitos fundamentais para produção de moradias dignas que atendessem de fato as necessidades básicas da população, mas se dá o contrário. A população que deveria ser integrada a sociedade ao participar do Projeto MCMV, é ainda mais excluída, já que é alocada em regiões da cidade que não possui condições urbanas básicas com precárias condições de acesso ao centro, pois o serviço de transporte público é ineficaz, precário e inacessível, pois muito caro, além da total inexistência de todos os outros equipamentos urbanos e sociais.

Materiais e métodos

¹ “[...] a segregação é um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes **regiões gerais** ou **conjuntos de bairros** da metrópole.” (VILLAÇA, 2001, p. 142 – grifo no original).



A questão que esse trabalho respondeu através dos questionários aplicados foi, ao observar o PMCMV, constatar se esse visa apenas beneficiar o capital imobiliário ou se está de acordo com seu propósito de criação, sendo esse:

Tem como meta reduzir o déficit habitacional brasileiro, um dos problemas mais crônicos do país. A meta do programa, que entra agora em sua segunda fase (2011-2014), é construir dois milhões de unidades habitacionais, das quais 60% voltadas para famílias de baixa renda².

Do universo de 343 casas foram aplicados questionários em uma amostra de 107 domicílios.

Resultados e Discussão

Esta pesquisa em Sarandi mostrou como a população afetada percebe a ocorrência da segregação espacial ocasionada pela implantação deste PMCMV naquele local.

A análise relativa aos dados levantados pela pesquisa junto aos moradores do Conjunto Mauá³ (exposto em citação), sendo esse conjunto composto para agregar moradores que compõem famílias com renda entre zero e três salários mínimos. Destaca-se que a cidade de Sarandi foi aquela da Região Metropolitana de Maringá que mais destinou casas e essa faixa salarial. Além de toda a questão de distanciamento da área central das cidades, que proporciona o direito a uma moradia, mas, não o direito a cidade com todos os serviços e provisões que essa deveria assegurar ao cidadão, ainda há diversas outras questões que dificultam a habitação do morador do PMCMV, como a questão do espaço em m² da residência, conforme Silva (2011) assevera:

[...] a área útil da casa, em muitos casos, não comporta o mobiliário causando impactos negativos na área de circulação e no uso dos equipamentos domésticos, obrigando as famílias a fazer adaptações, o que resulta em insatisfação com o tamanho do imóvel adquirido (SILVA, 2011, p. 294).

Conclusões

² Conteúdo na íntegra acessar: < <http://www.pac.gov.br/minha-casa-minha-vida> >

³ O conjunto é composto por 343 casas de 50m² (SILVA,2011, P.290)



A maioria da população, como constatado pela pesquisa, não possui consciência de segregação espacial a qual foi submetida, ainda assim sofrem e criticam às extensas distâncias, apesar de tudo se sentem agraciada por terem uma moradia própria, mesmo que essa lhes tenha sido dada inacabada, sem piso, e com material de qualidade ruim.

Os moradores que entendem sua real situação leem o Estado como uma instância despregada de sua realidade, assim não podem reagir com fins a tentar mudar a situação a qual foram submetidos e acabam submissos.

Haja vista o trabalho feito se infere que o Programa Minha Casa Minha Vida implantado naquela localidade estudada não está suprimindo as necessidades habitacionais dos moradores replicando o mesmo fenômeno que ocorre em todo o país, onde o objetivo do Programa para o qual foi criado não garante às pessoas o direito à cidade, pois continuar a reproduzir a lógica da periferização da moradia.

Agradecimentos

A minha professora e orientadora Dr^a. Ana Lúcia Rodrigues, pela oportunidade e apoio na elaboração deste trabalho. Por todas as orientações e paciente trabalho de revisão da redação. Ao CNPQ a Fundação Araucária e Universidade Estadual de Maringá que concederam a bolsa para auxiliar na realização da pesquisa.

Referências

BARBETTA, P. A.. **Estatística aplicada às ciências sociais**. 5 ed. Florianópolis: UFSC, 2002.

RODRIGUES, A. L. **A pobreza mora ao lado: segregação socioespacial na Região Metropolitana de Maringá**. 1 ed. São Paulo: PUC, 2004.

RODRIGUES, A. L. e TONELLA, C. **Retratos da Região Metropolitana de Maringá**. 1 ed. Maringá: EDUEM, 2010.

SILVA, B. F. e SILVA, R. D.. **As novas formas de provisão de moradia e seus impactos na reconfiguração socioespacial do aglomerado Sarandi-Maringá entre 2009 e 2011**. 1 ed. Maringá, 2011.